



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

Data de Emissão:  
21/10/2019

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	INCREMENTO DA ADOÇÃO DE MEIOS ALTERNATIVOS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS	<b>Aprimoramento dos Mecanismos de Mediação e dos Métodos não Adversariais de Solução de Conflitos (continuidade)</b>	<b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Aperfeiçoamento das ações voltadas ao cumprimento da política judiciária de resolução de conflitos disposta na Resolução CNJ 125/2010 e ampliação da rede de atendimento dos serviços de mediação, conciliação e cidadania.	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de conflitos (NUPEMEC)
	GESTÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE GRANDES LITIGANTES		<b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Necessidade de atendimento à legislação (Lei 13105/2015 – novo CPC – e Lei 13140/2015 – Resolução CNJ 125/2010); Verifica-se também a necessidade de dar tratamento adequado e célere frente ao significativo número de demandas apresentadas ao Judiciário Fluminense, provenientes do alto índice de conflitos nas empresas, famílias, escolas e comunidades, ocasionando congestionamento na solução dos conflitos e custo elevado para o Judiciário; Necessidade de valorizar a participação dos mais diversos setores da sociedade organizada na resolução de seus conflitos.	
	PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICCIONAL DO PJERJ		<b>BENEFÍCIOS:</b> Contribuir para pacificação social; evitar judicialização dos conflitos; desonerar magistrados e servidores envolvidos com questões judiciais de pouco poder ofensivo; reduzir custos para o TJRJ utilizando mecanismos consensuais de resolução de conflitos; contribuir para o decréscimo de demandas judiciais repetitivas; diminuir o número de litígios em curso no Judiciário Fluminense; dar tratamento adequado aos conflitos judicializados.	



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU	Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade)	<b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Reestruturação das rotinas administrativas da VEP, com definição de indicadores de desempenho, em conformidade com o novo sistema PROJUDI, que posteriormente possam ser inseridas na Consolidação Normativa.	Presidência do TJERJ e Corregedoria
	APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO MECANISMO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL		<b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Volumoso acervo de execuções penais digitalizados para adequação ao novo sistema PROJUDI; modificações no processamento na VEP, procedimentos ainda não mapeados/sistematizados, não tendo sido atualizados.	
	APRIMORAMENTO DO MODELO DE GESTÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS	Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade)	<b>BENEFÍCIOS:</b> Mapeamento e sistematização dos processos de trabalho da VEP; aumento da produtividade dos servidores; otimização das medidas relacionadas à execução penal; diminuição do tempo de apreciação dos benefícios de execuções penais.	
			<b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa.	
			<b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Morosidade no processamento dos executivos fiscais, alta taxa de congestionamento, deficiência no rastreamento dos valores arrecadados mediante convênios firmados com as Prefeituras, arrecadação em nível inferior ao previsto.	
			<b>BENEFÍCIOS:</b> Implementação da Ferramenta do e-carta, redução de acervo, aumento da arrecadação, celeridade processual, redução dos custos da atividade judicial, redução considerável de processos de trabalho, promoção da sustentabilidade	Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU	<b>Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Resolução CNJ nº 254/2018) (continuidade)</b>	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b></p> <p>Expansão e interiorização do PROJETO VIOLETA que visa garantir a segurança e a proteção máxima das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, permitindo uma prestação jurisdicional de forma célere àquelas que estão com sua integridade física e até mesmo com a vida em risco, concedendo as medidas protetivas de urgência em até 4 horas.</p> <p>Expansão e interiorização do PROTOCOLO VIOLETA LARANJA que visa acelerar o acesso à Justiça às mulheres sobreviventes (vítimas diretas) e eventuais familiares (vítimas indiretas) em situação de extrema vulnerabilidade e em risco de grave morte ou de lesão à sua integridade física, assegurando que medidas protetivas de urgência sejam concedidas em espaço de tempo adequado, nos crimes de feminicídio, reduzindo o lapso temporal entre o registro do fato e a decisão judicial que as concede.</p> <p>Fortalecimento e divulgação das atribuições da Central Judiciária de Abrigamento provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica (CEJUVIDA) que é um serviço judiciário integrado ao Plantão judiciário e que tem por objetivo intermediar o acesso urgente de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e de seus filhos menores, às casas-abrigo, encaminhadas pelos Magistrados com competência em violência doméstica e familiar contra a mulher, fora do horário forense, em finais de semana ou feriados, quando, por qualquer motivo, não estejam funcionando os serviços especializados nos centros de referência da mulher.</p> <p>Aprimoramento dos relatórios estatísticos e da produção dos dados em busca da consistência das informações estatísticas prestadas.</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b></p> <p>A extrema vulnerabilidade das mulheres em situação de risco e a necessidade de um acesso mais célere à proteção.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b></p> <p>Efetividade no cumprimento do mandamento constitucional de garantia dos direitos humanos à equidade de gênero e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher; maior divulgação e conscientização dos dispositivos da Lei 11.340/2006; contribuir para a formação de indivíduos multiplicadores da paz “em casa” com a implementação de um novo paradigma das relações de gênero; fomentar a prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher.</p>	Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU	<b>Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)</b>	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b></p> <p>Implementação de medidas administrativas, no âmbito da jurisdição Criminal, da Execução Penal, da Infância e do 2º grau de jurisdição, para assegurar prioridade de tramitação e celeridade a processos envolvendo, direta ou indiretamente, crianças na primeira infância, de zero a 6 anos de idade, sujeitos de medidas protetivas (inclusive no caso de gestantes ou mães presas, que convivam com filho no cárcere).</p> <p>Implantação do projeto Piloto ‘Amparando Filhos’, voltado para mulheres-mães que cumprem pena privativa de liberdade, moradoras da cidade do Rio de Janeiro, e têm filhos de zero a 12 anos, com objetivo de traçar caminhos para elaboração das medidas de proteção sociojurídicas aos seus filhos e minimizar os efeitos danosos do encarceramento em suas múltiplas dimensões, através da integração dos serviços da Assistência Social.</p> <p>Capacitação das equipes interdisciplinares das Varas de Infância, Juventude e Idoso, visando a adesão – e posterior difusão na rede de atendimento – de metodologia específica de cuidado de crianças na primeira infância, de zero a 6 anos de idade, sujeitos de medidas protetivas, com o objetivo de promover maior celeridade e efetividade nos respectivos processos, inclusive e especialmente de adoção.</p> <p>Implementação do projeto Piloto “Pai presente” no DEGASE, com a criação do Núcleo de Valorização da Paternidade, a fim de contribuir para o reconhecimento da paternidade através de uma política de valorização da mesma, que viabilizem a diminuição do contingente dos jovens e de seus filhos sem o registro paterno. A criação do referido Núcleo além da diminuição do Sub-registro, pretende estruturar atendimento social e psicológico, com realização de oficinas permanentes para as famílias, em parceria com as Varas de Infância e Juventude, Serviço de Promoção à Erradicação do Sub-registro e Busca de Certidões da Corregedoria Geral de Justiça, Universidades, Ministério Público, Defensoria Pública, DEGASE e ONG’s que têm trabalhos desenvolvidos e reconhecidos com essa temática.</p>	Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU	Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)	<p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b></p> <p>Tramitação processual lenta com resultados em descompasso com as necessidades de crianças na primeira infância. Mais do que em qualquer outra competência jurisdicional, as medidas protetivas da infância, para que guardem a necessária efetividade, precisam ser adotadas e cumpridas com prontidão, pois se destinam à tutela de um ser humano em rápido desenvolvimento. Para se compreender os efeitos deletérios basta, nesse ponto, recorrer à conhecida circunstância de que a dificuldade de adoção de uma criança aumenta conforme a sua idade.</p> <p>Falta de medidas específicas de apoio à jurisdição da infância, processuais, nos casos envolvendo crianças até 6 anos de idade, sujeitos de medidas protetivas, a comprometer o tratamento dos processos com a prioridade absoluta que a Constituição, em seu art. 227, e a Lei 13.257/16 (Marco Legal da 1ª Infância), estabelecem para o tratamento desses especiais sujeitos de direitos, o que, muitas vezes compromete a sua própria efetividade. Faltam, para tais casos, medidas de prioridade de tramitação como aquelas que já beneficiam os idosos, previstas na Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso), ou a Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O ECA prevê a prioridade às crianças no atendimento em serviços públicos, diretriz que é ainda mais importante em se tratando da primeira infância. Essa faixa etária carece que, em sede de política pública judiciária, se definam ações que deem concretude ao seu especial estatuto jurídico-constitucional.</p> <p>Além das questões relativas à tramitação dos processos, que por si podem comprometer a sua efetividade, mas não são as únicas que os prejudicam, constata-se significativa deficiência no atendimento da rede a crianças na primeira infância, sujeitos de medidas protetivas, que leva muitas vezes à ineficácia dessas medidas. Com efeito, tem se observado que os cuidados dispensados a crianças até 6 anos, que estão em programas de acolhimento, têm se processado por um “protocolo intuitivo” que caracteriza a rede de atendimento, aproximando-se de uma substituição da figura materna, que muitas vezes pode dificultar o retorno da criança para sua família de origem ou sua colocação para adoção. Por ausência de uma metodologia consistente, é comum ocorrer esse tipo de ligação afetiva entre as crianças e as cuidadoras e/ou outras pessoas das próprias instituições, produzindo confusão emocional na criança. Isso pode prejudicar sua readaptação à família de origem ou sua adaptação, nos casos de adoção, a nova família.</p> <p>Pela falta de dados coletados, nas audiências de custódia, que alimentem o sistema DCP, priorizando-se os processos de mulheres e homens que estão cumprindo pena restritiva de</p>	Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU	Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)	<p>Liberdade tem filhos de zero a 12 anos, muitas crianças nessa faixa etária ficam abandonadas e/ou entregues a terceiros sem o devido processo legal de guarda, lançando estas a um desamparo social e psicológico. O objetivo é traçar caminhos para elaboração das medidas de proteção sociojurídicas a essas crianças e minimizar os efeitos danosos do encarceramento em suas múltiplas dimensões.</p> <p>Necessidade de fortalecimento da política judiciária para diminuição do contingente de crianças sem o registro paterno, ampliando as formas de convivência familiar. Segundo o último sendo do IBGE de 2009, há 4.869.363 crianças no Brasil para as quais não existe informação acerca do nome do pai. Percebe-se a imensa responsabilidade do Poder Judiciário, contribuindo para a identificação de crianças nessa situação e efetivar o reconhecimento da paternidade como forma de assegurar o direito da criança e do adolescente de ter o registro paterno.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b></p> <p>Otimização do processamento e ganho de efetividade para a prestação jurisdicional protetiva da primeira infância, em especial nos casos de mulheres/mães em privação de liberdade, ou que estejam em sistema socioeducativo; Implementação, nas equipes interdisciplinares, de um novo paradigma de atenção e cuidados com crianças de primeira infância que estejam em situação de risco pessoal e social; Preservação dos direitos das crianças de primeira infância à convivência familiar e comunitária; Criar grupos de reflexão com as famílias sobre o tema da paternidade/responsabilidade parental, a fim de promover discussões, estudos e práticas que possibilitem a efetiva otimização do Projeto Pai Presente; Ampliação da parceria com Universidades, Ministério Público, Defensoria Pública e ONG's, para campanhas de conscientização da sociedade em geral sobre o tema da paternidade; Alteração do sistema DCP para coleta de dados, nas audiências de custódia, referentes aos pais e mães que têm filhos de zero a 12 anos, adequando-se ao Marco Legal na Primeira Infância; Elaboração das medidas de proteção sociojurídicas a filhos de mães e pais privados de liberdade, minimizando-se os efeitos danosos do encarceramento em suas múltiplas dimensões, através da integração das políticas e dos serviços da Assistência Social.</p>	Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICCIONAL	<b>Digitalização de Acervos Cartorários – Livro Eletrônico</b>	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Acervo de atos extrajudiciais digitalizados para consulta em banco de dados.</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Atualmente, apenas os atos praticados após 2007 compõem o banco de dados do TJERJ. No entanto, o acervo cartorário do Estado do Rio de Janeiro compreende um conjunto volumoso de livros, demandando custos elevados de manutenção e restauração. Além disso, buscas efetuadas de forma manual causam desgaste e dificultam a localização dos assentos quando novas certidões são solicitadas. Por fim, as dificuldades tanto para a localização dos referidos arquivos, quanto a demora na pesquisa dos mesmos, tem gerado transtornos às partes. Afinal, eles dependem dessas informações para o exercício da cidadania.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b> O desenvolvimento deste projeto visa a substituição do manuseio dos livros físicos em papel pelos arquivos digitais, contendo as imagens dos registros e a totalidade de seu conteúdo, transformando o acervo físico num banco de dados eletrônico, capaz de ser perpetuado, mantido e manuseado de forma menos custosa. Com a sua conclusão, espera-se que o cidadão tenha à sua disposição um banco de dados com todas as informações extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro para pesquisa, enquanto que para o Poder Judiciário, criar-se-á um acervo unificado, o qual permitirá a produção de estatísticas e maior controle sobre os atos praticados, uma vez que a alteração da base de dados estará sob seu controle e fiscalização.</p>	Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais (DGFEX)
	VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICCIONAL	<b>Desenvolvimento de Banco de Dados de Depósito de Firmas</b>	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Banco de Dados de Depósito de Firmas a ser disponibilizado para consulta online no Portal Extrajudicial, por nome e/ou CPF, para localizar serviço extrajudicial onde se encontra depositada a firma pesquisada.</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Inexistência de ferramenta que preste este serviço ao cidadão que hoje se dirige a cada cartório para localizar firma depositada</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b> Organização e democratização de acesso aos dados públicos de Depósito de Firmas do Estado do Rio de Janeiro. Garantia aos direitos de cidadania, trazendo benefícios na relação do TJRJ com seu jurisdicionado.</p>	Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais (DGFEX)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICCIONAL DO PJERJ	SIGA nas Secretarias de Câmaras	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Câmaras Cíveis e Criminais com SIGA implementado.</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Necessidade de padronização dos processos de trabalho quanto aos procedimentos utilizados e de definição e utilização de indicadores de desempenho, de acordo com os indicadores apresentados pelo CNJ.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b> Melhoria da prestação jurisdiccional da 2ª instância para a sociedade. O SIGA implementado nas secretarias das Câmaras Cíveis e Criminais, com os processos de trabalho mapeados, documentados, medidos e controlados, e seu ambiente de trabalho organizado segundo os fundamentos da ergonomia: conforto, segurança e eficiência.</p>	Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR)
	INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU	Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade)	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Reestruturação das rotinas administrativas da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (CTTJ), da infraestrutura logística e de pessoal e capacitação da unidade, com levantamento de todas as atribuições envolvidas no sistema DCP.</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Dificuldade no desenvolvimento de atividades cotidianas; Ineficácia dos meios atuais de controle e gestão empregados pela unidade no desenvolvimento de suas atividades; Ausência de banco de dados atualizado de assistidos (interditos e curatelados); Ausência de publicidade dos atos; Déficit de servidores especializados e tecnicamente preparados para as tarefas processuais/administrativas.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b> Melhoria no fluxo do processo de trabalho e reestruturação dos controles e indicadores de gestão da unidade.</p>	Presidência do TJERJ e Corregedoria



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL/GOVERNANÇA INSTITUCIONAL/ GESTÃO DE PESSOAS	INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU	Justiça Eficiente	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Prestação jurisdicional 10% mais célere e mais eficiente, até janeiro de 2021. Planejamento das ações da CGJ, com foco no aumento da produtividade de juízes e servidores, lastreada em dados objetivos, notadamente indicadores do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, homologados e disponibilizados pelo DEIGE com os exatos componentes da Resolução nº 76 do CNJ extraídos dos sistemas corporativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ, tendo como base o caderno de indicadores do CNJ a serem fornecidos pelo DEIGE.</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> O projeto surge diante da alta taxa de congestionamento, cujo patamar vem sendo mantido, causando morosidade na prestação jurisdicional. Contribui para esse cenário o alto gap de competências dos gestores e servidores, os processos ainda físicos e o modelo de gestão da informação, por parte da CGJ, no que se refere aos indicadores de desempenho do Tribunal, sendo certo que a falta de alinhamento entre a atuação da CGJ e da Administração impede que os esforços sejam corretamente direcionados. Além disso, a ausência de critérios objetivos na condução da atuação da Corregedoria-Geral da Justiça (em correições, inspeções, grupos de auxílio cartorário e fiscalização, controle e apoio em geral de serventias judiciais de primeira instância) colabora para que a tomada de decisão seja feita baseada em dados empíricos, prejudicando o alcance dos resultados almejados.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b> Aumento da produtividade, diminuição da taxa de congestionamento, aprimoramento da gestão da informação, capacitação baseada nos gaps de competência, digitalização do acervo, alinhamento da atuação da CGJ e da Administração.</p>	Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial (DGFAJ)
	VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL			
	PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICIONAL DO PJERJ			
	GARANTIA DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DAS UNIDADES DO PJERJ			
	VALORIZAÇÃO DOS MAGISTRADOS E DA CARREIRA DA MAGISTRATURA			
	VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E DA CARREIRA DE SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA			
	APRIMORAMENTO DA CAPACITAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS			



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL / COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL	<b>Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento</b>	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Disponibilizar, no Portal do Conhecimento do Tribunal de Justiça, as ferramentas de colaboração virtual existentes na plataforma Liferay, a fim de propiciar um ambiente virtual dinâmico para criação, retenção e compartilhamento de conhecimento.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> Ampliar os mecanismos de apoio aos processos de tomada de decisão das atividades jurisdicionais e administrativas, com o auxílio de ferramenta tecnológica que permita fomentar, coletivamente, a criação de conhecimento, a sua retenção e o seu compartilhamento.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Permitir, por meio do Portal do Conhecimento, a produção, a retenção e o compartilhamento do conhecimento; estimular a troca de conhecimento e de experiências nas áreas judicial e administrativa e contribuir para o aperfeiçoamento das atividades; incentivar o registro e a adoção de boas práticas, a fim de apoiar os processos de tomada de decisão; auxiliar no aumento da produtividade das atividades jurisdicionais e administrativas; ampliar a comunicação do PJERJ com a sociedade civil.</p>	Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento (DGCOM)
	APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA			
	INCENTIVO À COMUNICAÇÃO INTERNA E COM A SOCIEDADE CIVIL			



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	GARANTIA DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DAS UNIDADES DO PJERJ	Política de Governança Institucional	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Elaborar e publicar Política de Governança Institucional, visando estabelecer as diretrizes da governança no PJERJ, gerir o desempenho da alta administração, zelar por princípios de ética e conduta, gerir os riscos organizacionais, promover transparência, responsabilidade e prestação de contas, assegurando a efetiva atuação da auditoria interna.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> Inexistência de Comitê Permanente de Governança Institucional e Gerenciamento de Riscos no PJERJ. Necessidade de elaborar procedimento (RAD) que vise detalhar o processo de gestão e gerenciamento de riscos no PJERJ. Inexistência de Plano de Comunicação Institucional para divulgação das boas práticas de Governança na instituição.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> A Governança Institucional tem por objetivo melhorar o desempenho organizacional, contribuir para redução dos riscos e alinhar as ações à estratégia do PJERJ, mediante o desenvolvimento das estruturas de governança, baseadas nos princípios da eficiência, transparência e prestação de contas, para alcance de resultados institucionais que satisfaçam as expectativas da sociedade.</p>	Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento (GABPRES/DEGEP)
	APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO DO PJERJ			



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
GOVERNANÇA INSTITUCIONAL/ TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	GARANTIA DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DAS UNIDADES DO PJERJ	Implementação de Política Geral de Proteção de Dados no PJERJ	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Diretrizes gerais para implementação da LGPD no âmbito do PJERJ, tanto no que se refere aos dados gerados em meio digital, como os gerados em meio físico.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> Vigência da Lei nº. 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados, a partir de agosto de 2020, bem como a necessidade de formação de grupo multidisciplinar para desenvolvimento de uma política adequada de tratamento no âmbito do PJERJ, já que as sanções impostas pela referida lei são bastante rígidas.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Designação de regras que protejam os usuários do PJERJ, bem como a própria instituição de questões de segurança relativas à referida Lei.</p>	Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento (GABPRES/DEGEP)
	APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS			
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA	Aprimoramento da comunicação com a sociedade	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Aproximação entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e os veículos de comunicação para facilitar o acesso, o entendimento das decisões judiciais e a divulgação de temas de interesse da sociedade em geral.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> A dificuldade da sociedade e dos jornalistas de entenderem as decisões e ritos processuais e a importância de uma abordagem positiva da imagem do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Entendimento pela sociedade da função e importância do Poder Judiciário, além do reconhecimento da eficiência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, inclusive em políticas públicas que afetam o cotidiano da população.</p>	Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento (DGCOM)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	INCENTIVO À COMUNICAÇÃO INTERNA E COM A SOCIEDADE CIVIL	Fortalecimento da comunicação com o público interno	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Aproximação entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e os seus servidores e magistrados por meio de um canal direto de comunicação.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> A falta de um canal rápido e eficaz por meio do qual a administração possa se comunicar de forma direta, simultânea e instantânea com todos os servidores e magistrados.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Valorização do público interno com a disponibilização de um aplicativo com as funcionalidades desenvolvidas para facilitar a consulta pessoal, por meio de dispositivo móvel, a dados funcionais, férias, contracheques, informes de rendimentos, entre outros serviços do Portal de Magistrados e Servidores. Para a administração, o principal benefício será a possibilidade de enviar avisos e alertas de forma instantânea sobre questões urgentes e/ou relevantes.</p>	Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento (DGCOM)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	INCENTIVO À COMUNICAÇÃO INTERNA E COM A SOCIEDADE CIVIL	Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Ampliação das atividades de conservação e restauro de documentos e objetos de valor histórico do Poder Judiciário fluminense acumulados ao longo de mais de 250 anos, desde o período colonial, e decorrentes de atividades judiciais e administrativas. Atendimento a solicitações de outras unidades organizacionais do PJERJ para realização de serviços de higienização e reparos em documentos em uso corrente ou de guarda permanente. Aumento do número de itens documentais disponíveis a pesquisadores para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos, bem como pesquisas genealógicas. Capacitação de participantes dos projetos especiais desenvolvidos pelo PJERJ ou indicados pela Presidência, em atividades de conservação e restauro de documentos.</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Existência de grande quantidade de itens documentais e objetos de grande interesse para a história social e da justiça no atual estado do Rio de Janeiro em diversos níveis de degradação física, com risco de perdas irreparáveis para a pesquisa histórica. Carência de pessoal e equipamentos para realização das atividades de conservação e restauro de forma adequada ao volume e estado do acervo. Ocorrência de solicitações de higienização e reparos de documentos, oriundas de unidades administrativas e judicantes não atendidas devido a carência de recursos. Necessidade de atualizar tecnicamente a equipe do CCMJ para realização de atividades específicas e complexas com vistas ao tratamento de todo acervo. Celebração, em 06/12/2018, do protocolo de intenções (nº 003/0698/2018 – processo 2018-208450) entre o Museu Nacional - UFRJ e o TJRJ para cooperação e intercâmbio técnico-científico e cultural, especialmente na área de conservação e restauro.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b> Preservação do Patrimônio Histórico do Poder Judiciário, garantindo o cumprimento dos diversos dispositivos legais e constitucionais que atribuem ao Poder Público o dever de salvaguardar seu patrimônio histórico, artístico e cultural. Resgate e preservação da memória institucional, mediante a recuperação e o uso de suas fontes para realização de pesquisas sobre a história da justiça no atual estado do Rio de Janeiro. Contribuição para a produção de conhecimento histórico e social, mediante a disponibilização e o estímulo ao uso de suas fontes históricas para realização de pesquisas de cunho acadêmico, científico e genealógico. Aumento do número de pesquisadores atendidos. Visibilidade do acervo histórico do PJERJ junto a sociedade e às comunidades acadêmica e científica. Possibilidade da disponibilização do acervo histórico do PJERJ via rede mundial de computadores para atendimento de pesquisadores no Brasil e no exterior.</p>	Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento (DGCOM)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA	PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	Identificar, Reduzir e Compensar as Emissões de CO2 no TJERJ	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Compensar/neutralizar as emissões de dióxido de carbono (CO2) de forma a mitigar os impactos do lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera e consequente aquecimento global, por meio de práticas compensatórias como por exemplo, o replantio de árvores nativas, calculadas de acordo com o dimensionamento das quantidades de CO2 geradas pelas atividades desenvolvidas pelo TJERJ (inicialmente poderá ser restrito ao Complexo do Fórum da Capital).</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> Necessidade de promover o alinhamento das práticas de sustentabilidade aos objetivos estabelecidos no Plano de Logística Sustentável, no que se refere ao Uso Racional de Recursos Públicos – Eixo I, que prevê metas de redução da emissão de gases de efeito estufa decorrentes, por exemplo, do lançamento de poluentes gerados pela frota de veículos, equipamentos de ar-condicionado etc. Dessa forma, o cumprimento das metas do PLS estão estritamente relacionadas à adoção de meios para compensação de CO2, como forma de mitigar os efeitos dos impactos ao meio ambiente.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> ECONOMICIDADE: A partir do inventário dos níveis de gases de efeito estufa despejados no ambiente, o TJERJ terá condições de concentrar esforços da redução dos impactos ambientais gerados por suas atividades e adotar novos padrões de sustentabilidade econômica, social e ambiental.</p>	Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (GABPRES/DEAPE)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
GESTÃO DE PESSOAS	VALORIZAÇÃO DOS MAGISTRADOS E DA CARREIRA DA MAGISTRATURA	Ações Integradas de Saúde	<b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Desenvolver ações com vistas à redução de incidência das 5 principais patologias causadoras de afastamentos de servidores e magistrados; Desenvolver ações com vistas à redução de incidência de cada uma das 5 patologias predominantes constatadas nos exames periódicos realizados em servidores. <b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Absentéismo utilizando como parâmetro os indicadores do Selo Justiça em Números de 2019 do CNJ. <b>BENEFÍCIOS:</b> Atender requisitos para pontuação do Selo Justiça em Números 2019. Prevenção e redução da incidência de cada uma das 5 principais causas de absentéismo de servidores e magistrados, bem como das 5 patologias predominantes constatadas nos exames periódicos dos servidores.	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGPES)
	VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E DA CARREIRA DE SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA			
	APRIMORAMENTO DA CAPACITAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	Programa de Desenvolvimento Gerencial	<b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Gestores das áreas jurisdicional e administrativa capacitados nas competências gerenciais definidas na Matriz de Competências Gerenciais do PJERJ. <b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Necessidade de capacitação gerencial de gestores. <b>BENEFÍCIOS:</b> Melhoria do desempenho das equipes. Alinhamento com as diretrizes de capacitação de servidores emanadas do Conselho Nacional de Justiça. Avanço na implementação do Sistema de Gestão por Competências.	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGPES)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
GESTÃO DE PESSOAS / TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS	<b>Implementação Novo Sistema GPES (continuidade)</b>	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b></p> <p>O objetivo deste projeto é elaborar um novo GPES, que é o sistema utilizado para registro das situações funcionais de magistrados, servidores e colaboradores do PJERJ. O GPES receberá os bancos de dados dos atuais sistemas (SHM, SHFTJ, SHF, UNIV, JUI e SisConciliador), que possuem tecnologia obsoleta, que não permite automação das atividades.</p> <p>Não se trata apenas de migração da base de dados, mas desenvolvimento de cada rotina para que o novo GPES seja um sistema que permita aos usuários a realização eficiente de tarefas.</p> <p>Em parceria com a DGTEC, o projeto terá as seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Higienização dos bancos de dados;</li><li>- Planejamento do novo banco de dados;</li><li>- Planejamento das novas rotinas, prevendo maior automação;</li><li>- Comunicação plena com os demais sistemas, especialmente com o de folha de pagamento, evitando-se mais de um lançamento da mesma informação;</li><li>- Funcionamento de portais de gestores e de servidores, com máxima disponibilidade de informações e tarefas, evitando-se atendimentos e processos administrativos desnecessários;</li><li>- Migração dos sistemas em plataforma Mumps, que está obsoleta e deve ser extinta.</li></ul> <p>Conforme relatório apresentado pela consultoria da PUC, esse sistema será desenvolvido internamente, pela DGTEC, com apoio da fábrica de software.</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b></p> <p>Os sistemas utilizados pela DGPES estão obsoletos comparando-se com as ferramentas existentes em outras instituições públicas ou privadas. Os sistemas, quase em sua totalidade, servem tão somente para registro das informações em banco de dados, com baixa automação dos processos de trabalho. O retrabalho é constante, gerando demanda por mão de obra e a apresentação de dados e relatórios inconsistentes</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Automação dos processos de trabalho;</li><li>- Redução do retrabalho e, em consequência, dos lançamentos equivocados;</li><li>- Emissão de Relatórios com maior confiabilidade;</li><li>- Possibilidade de redução de recursos materiais e humanos.</li></ul>	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGPES)
	VALORIZAÇÃO DOS MAGISTRADOS E DA CARREIRA DA MAGISTRATURA			
	VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E DA CARREIRA DE SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA			
	APRIMORAMENTO DA CAPACITAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS			



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS	<b>Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)</b>	<b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Distribuição e movimentação eletrônica dos Processos judiciais eletrônicos. <b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Sistemas obsoletos, impossibilidade de automação das atividades; dados e relatórios inconsistentes; falta de recursos humanos; Lei de Responsabilidade Fiscal. <b>BENEFÍCIOS:</b> Integração e acesso do processo à rede mundial de computadores visando à celeridade processual, segurança, facilitação de acesso à Justiça e à efetividade da prestação jurisdicional; substituição gradativa do documento em papel por formatos digitais; maior celeridade, segurança, facilitação de acesso à justiça, melhor alocação dos recursos.	Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC)
	APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA E DOS EQUIPAMENTOS DE TI	<b>Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)</b>	<b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Aquisição e atualização do parque tecnológico, compreendendo: 1.950 scanners, 3.609 computadores, 100 computadores para desenvolvedores, 1.000 notebooks para magistrados, 3.100 impressoras, 6.000 microcomputadores Aquisição de 600 Switches de acesso, Aquisição de 2 (dois) Switches Core e aquisição de solução para implementar e prover conectividade do perímetro do Data Center. (4 unidades) Aquisição de 2 servidores de banco de Dados, 2 storages, além de equipamento para Backup. <b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Os equipamentos fora de garantia têm custo x benefício desvantajoso para o TJERJ, devido ao seu elevado valor de manutenção e baixo desempenho, gerando baixa produtividade, além de não acompanharem a demanda dos novos sistemas corporativos e suas atualizações. <b>BENEFÍCIOS:</b> Redução do número de manutenções; maior celeridade do trabalho jurisdicional.	Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS	<b>Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos</b>	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Implantação de novo software para gerenciamento de acesso.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> Sistema de Segurança atual não aderente às novas tecnologias de mercado.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Atualização tecnológica, aprimoramento da segurança das aplicações, conformidade com a auditoria do CNU e aderência a iniciativa no uso do controle de acesso ao PJE do CNJ.</p>	Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC)
	APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS	<b>Implantação do Novo Sistema de Processo Administrativo Eletrônico – SEI (continuidade)</b>	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Implantação do sistema de processo administrativo eletrônico - SEI.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> Necessidade de modernização da plataforma. Gastos com impressão (equipamentos, papel, manutenção, suporte). Demora no trâmite dos processos. Ineficiência do EPROT devido a travamentos e lentidão acima do desejável.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Modernização da plataforma com disponibilização de funcionalidades de processamento eletrônico, em substituição ao sistema que apenas permite o controle de localização do processo físico. Maior agilidade no tratamento de processos administrativos, propiciando a redução do tempo de tramitação e permitindo o acesso democrático e rápido às informações documentadas e a redução de custos.</p>	Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS	<b>Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje (continuidade)</b>	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Implantação de nova solução tecnológica para os sistemas judiciais de 1º e 2º graus.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> Plataforma dos sistemas judiciais atuais estão em tecnologia defasada, podendo trazer problemas como atualizações dos sistemas operacionais. Necessidade de unificação dos sistemas de 1º e 2º graus (DCP e E-Jud)</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Atualização da plataforma tecnológica, otimização dos processos de trabalho e alinhamento com o CNJ.</p>	Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC)
	APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA E DOS EQUIPAMENTOS DE TI	<b>Estudo para solução de contingência de infraestrutura de TIC</b>	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Documento com alternativas estratégicas de implantação de uma infraestrutura de contingência para sistemas essenciais de TI.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> O PJERJ não possui contingência para uma eventual indisponibilidade da sala cofre onde se concentra toda infraestrutura de TIC, o que pode ocasionar uma longa paralisação das atividades para recuperação de dados e sistemas.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Minimizar o risco de paralisação das atividades informatizadas no PJERJ por indisponibilidade da sala cofre, além de evitar possíveis perdas de dados Reduzir o impacto de desastres e viabilizar a continuidade de serviços essenciais.</p>	Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS	<b>Avaliação e Descarte de Processos Administrativos</b>	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Desenvolvimento, homologação e produção de funcionalidade no sistema ARQGER que irá permitir o descarte de processos administrativos sob a responsabilidade do DEGEA, observando os prazos previstos na Tabela de Temporalidade de Documentos.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> Existência de grande quantidade de processos administrativos com destinação final “ELIMINAÇÃO”, que já cumpriram prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade de Documentos, mas que permanecem armazenados sob a responsabilidade do DEGEA, gerando custos, sem que exista módulo no sistema ARQGER que os identifique.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Redução de custos no contrato de prestação de serviços de guarda física do acervo arquivístico do PJERJ.</p>	Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento (DGCOM)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA	APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA AOS MAGISTRADOS, SERVIDORES E EDIFICAÇÕES	<b>Solução de Monitoramento de Alarme de Pânico em Comarcas e Regionais do Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Segurança para os Magistrados nas audiências presenciais. <b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Exposição dos Magistrados nas audiências presenciais. <b>BENEFÍCIOS:</b> Gradativa redução das ocorrências envolvendo Magistrados e partes nas audiências presenciais.	Diretoria-Geral de Segurança Institucional (DGSEI)
	APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA AOS MAGISTRADOS, SERVIDORES E EDIFICAÇÕES	<b>Aprimorar a segurança nas instalações físicas do PJERJ com a implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)</b>	<b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Unidade do PJERJ com o acesso controlado; acautelamento de armas de fogo nas Unidades do PJERJ; acautelamento de objetos que ofereçam risco aos magistrados, servidores e usuários do PJERJ. <b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Risco de resgate de presos de altíssima e alta periculosidade nas dependências das Unidades do PJERJ; risco de ingresso de pessoas não autorizadas portando arma de fogo ou objetos que ofereçam risco aos magistrados, servidores e usuários do PJERJ; atendimento à Resolução 104/2010 do CNJ. <b>BENEFÍCIOS:</b> Aprimoramento da segurança dos magistrados, servidores e usuários do PJERJ; minimizar os riscos afetos à segurança da Unidade do PJERJ; maximização da segurança da Unidade do PJERJ.	Diretoria-Geral de Segurança Institucional (DGSEI)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA	APRIMORAMENTO LOGÍSTICO DO PJERJ	<b>Unificação do Tele Atendimento dos Serviços da DGLOG</b>	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Criação de uma Central de Solicitações para os serviços prestados pela DGLOG (DEIOP, DEPAM, DETRA e DEENG).</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Diversificação de canais de comunicação para as solicitações de serviços, dificultando o monitoramento do desempenho dos serviços e a análise com base em indicadores das informações gerenciais da DGLOG.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b> Otimizar a comunicação da DGLOG com os usuários internos do PJERJ e obter informações gerenciais mais precisas dos contratos, por exemplo, de limpeza, manutenção predial, transporte e fornecimento de material de consumo e mobiliário, visando inclusive detectar eventual duplicidade ou sobreposição de solicitação.</p>	Diretoria-Geral de Logística (DGLOG)
	INFRAESTRUTURA PREDIAL COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICCIONAL	<b>Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico</b>	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> No escopo do projeto constam 01 serviço e 07 obras a serem planejadas/executadas, sendo 03 planejadas/executadas no biênio 2019/2020: Prestação de serviços de engenharia especializada em manutenção, conservação e instalação de sistemas fixos de proteção e combate a incêndio do PJERJ, incluindo a manutenção preventiva, corretiva e análise dos sistemas instalados nas edificações. Instalação do Sistema de Prevenção e Combate à Incêndio no Fórum da Região Oceânica Instalação do Sistema de Prevenção e Combate à Incêndio no Fórum da Ilha do Governador</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Necessidade de restabelecer o correto funcionamento de equipamentos, que atualmente, se encontram fora de operação, a fim de preservar as instalações dos prédios do PJERJ e para instalação do sistema de prevenção e Combate a Incêndios nos prédios que não possuem.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b> Garantir a segurança e a integridade física dos magistrados, serventuários e demais usuários das edificações do PJERJ.</p>	Diretoria-Geral de Logística (DGLOG)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA	APRIMORAMENTO LOGÍSTICO DO PJERJ	<b>Aprimoramento da Gestão do Patrimônio Fase 4 (continuidade)</b>	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b> Aprimoramento dos sistemas do DEPAM (SISPAT, SISMAT e SISINVENT), de forma a possibilitar a integração entre as áreas de gestão patrimonial, almoxarifado e compras.</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b> Desde 2009, as prestações de contas de bens em almoxarifado são aprovadas com ressalva pelo Tribunal de Contas do Estado, em decorrência da diferença entre estoque físico e o informatizado. Em 05 de setenbri de 2014, por meio de processo sob o nº 2014-099489, foram encaminhados à DGLOG apontamentos de auditoria realizada pela DGCOI, que buscou avaliar, por amostragem, os procedimentos adotados na realização do inventário de bens permanentes, quanto ao aspecto da legalidade. O grupo de auditoes constatou fragilidades no controle patrimonial, agravadas pelas limitações do sistema de patrimônio, o que enseja ajustes nas ferramentas de informática. A Resolução SEPLAG nº 1254/2014, publicada em 16.12.2014, alterou a numeração dos classificadores de despesa impactando diretamente em todos os códigos atualmente lançados nos bancos de dados dos sistemas do DGLOG/DEPAM, DGPCF, DGTEC.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b> Manutenção do aprimoramento logístico, por meio de contratação de software e aquisição de equipamentos de controle eletrônico de estoque, que irá proporcionar o efetivo controle eletrônico do almoxarifado do TJRJ por meio da utilização de ferramenta com tecnologia de registro, leitura e controle automático dos produtos, que possibilitará a criação de etiquetas com código de barras, de forma a facilitar a separação, contagem e conferência dos materiais. A expedição/distribuição dos materiais passará a ser realizada por meio da leitura de etiqueta, o que resultará, conseqüentemente, na agilização do procedimento de inventário, gerando também o efetivo controle dos quantitativos e dos valores dos materiais do almoxarifado do TJERJ, obtendo maior transparência nas informações, o que proporcionará o correto planejamento para as futuras aquisições de materiais.</p>	Diretoria-Geral de Logística (DGLOG)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
<b>ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA</b>	<b>INFRAESTRUTURA PREDIAL COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL</b>	<b>Plano de Obras (continuidade)</b>	<p><b>PRODUTO/SERVIÇO:</b></p> <p>No escopo do plano de obras constam 41 obras a serem planejadas/executadas, sendo 26 planejadas/executadas no biênio 2019/2020:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Substituição do forro e adequação das instalações do Salão Nobre</li><li>Reforma das fachadas e substituição das esquadrias do prédio das Secretarias da Comarca de Niterói</li><li>Reforma e recuperação de fachada e marquise do Fórum da Comarca de Volta Redonda</li><li>Readequação do Centro Administrativo do TJRJ (CONAB)</li><li>Reforma para modernização do sistema de ar condicionado do Fórum da Comarca de Cabo Frio</li><li>Videoconferência e Central de Mandados do Complexo Prisional de Gericinó – Bangu</li><li>Reforma do sistema da estação de tratamento de esgoto do Fórum da Comarca de Barra Mansa</li><li>Recuperação da fachada do prédio do Fórum de Teresópolis</li><li>Gradeamento de janelas e portas do 1º pavimento do Fórum de Nova Friburgo</li><li>Construção de castelo d'água e reforma do telhado do Fórum de Itatiaia</li><li>Reforma do muro de contenção na frente do Fórum de Santo Antônio de Pádua</li><li>Reforma do muro de contenção do Fórum de Três Rios</li><li>Reparo e complementação do SPDA do Complexo do Fórum Central</li><li>Substituição do forro e piso com adequações Orgão Especial / Foyer / Corredor Presidência / Salas Sessão Cíveis / Juizes Auxiliares da Presidência e Mezanino Presidência</li><li>Videoconferência do Complexo Prisional de Japeri</li><li>Videoconferência do Complexo Prisional de Magé</li><li>Elaboração de Projeto Executivo para o Restauo do Prédio Histórico Barão de Mauá</li><li>Elaboração de Projeto Executivo para a Readequação do Prédio Histórico Barão de Mauá</li><li>Centro de Logística do TJERJ. Terreno estação Barão de Mauá. Construção 2 prédios. Arquivo</li><li>Centro de Logística do TJERJ, Terreno estação Barão de Mauá. Construção 4 prédios. Depósito e oficinas</li></ul>	Diretoria-Geral de Logística (DGLOG)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA	INFRAESTRUTURA PREDIAL COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL	<b>Plano de Obras</b> (continuidade)	<p>Construção sede oficina geral veículos TJERJ - DETRA (suspense sine die)</p> <p>Projeto de saneamento para atender à COSA e para ajustar a construção do fórum de Rio das Ostras</p> <p>Acesso auditórios EMERJ. Reforma hall de acesso térreo e substituição 2 elevadores/máquinas/sistemas</p> <p>Praça dos Expedicionários - execução reforço estrutural das entre lajes c/ projeto combate à incêndio</p> <p>Padronização da Segurança Institucional e Acessibilidade – 4º NUR. Readequação todos os prédios</p> <p>Readequação parcial do 6º pavimento para as serventias 11ª, 17ª e 12ª Varas de Fazenda Pública</p> <p><b>SITUAÇÃO PROBLEMA:</b></p> <p>A necessidade do Poder Judiciário investir em novos prédios para melhor realizar sua costumeira prestação jurisdicional devido ao aumento da demanda em algumas regiões e instalações obsoletas e ultrapassadas, muitas delas ainda com a configuração original, em estado precário, sem acessibilidade e com espaço físico insuficiente nas serventias para a demanda, prejudicando o bom funcionamento das atividades forenses.</p> <p><b>BENEFÍCIOS:</b></p> <p>Contribuir com a estratégia do PJERJ, possibilitando que as Unidades Organizacionais, Magistrados e Servidores desempenhem suas atividades com maior conforto e segurança; valorização de servidores e jurisdicionados.</p>	Diretoria-Geral de Logística (DGLOG)



## PROPOSTAS DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ

TEMA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO	SÍNTESE DO ESCOPO	UNIDADE COORDENADORA
ORÇAMENTO E FINANÇAS	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ	<b>Modernização da Gestão Fiscal</b> (continuidade)	<p><b><u>PRODUTO/SERVIÇO:</u></b> Integrar ações de planejamento, controle e execução orçamentária, financeira e contábil, visando ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho, treinamento e alocação eficiente de pessoas e captação e melhoria dos recursos de TI.</p> <p><b><u>SITUAÇÃO PROBLEMA:</u></b> Necessidade de implantar modelo mais eficiente de gestão das receitas e despesas.</p> <p><b><u>BENEFÍCIOS:</u></b> Atender de forma mais dinâmica e ágil demandas e solicitações; otimizar recursos operacionais; aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos; garantir cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Acesso à Informação e das novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.</p>	Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)